

Declarar guerra às alterações climáticas

Todos os estudos recentes mostram que as alterações climáticas são mais rápidas e têm consequências mais graves do que se dizia há 5 ou 10 anos. A emissão anual de gases com efeito de estufa do conjunto dos países ocidentais é cada vez maior. A China inaugura, semana após semana, uma ou duas centrais a carvão. Na Sibéria, o degelo do permafrost¹ liberta para a atmosfera grandes quantidades de metano... Resultado? A produção de CO₂ e de metano aumenta a cada ano que passa enquanto o oceano armazena menos do que o que se esperava... Se nada mudar, em breve poderemos passar o limite após o qual será muito difícil ou impossível voltar atrás.

Se queremos "ganhar a corrida" e salvar o nosso planeta, não basta falar de "desenvolvimento sustentável" ou implementar muito lentamente Convenções Internacionais muito pouco ambiciosas. Se queremos ganhar a corrida contra o tempo, se não queremos deixar aos nossos filhos um planeta inabitável, é preciso AGIR. É preciso que um país ou um grupo de países passe à ação e demonstre, em "modelo real", que é possível dividir por 4 a emissão de gases com efeito de estufa² sem por isso ter de renunciar a uma vida confortável.

As negociações internacionais são essenciais, mas não são de forma nenhuma suficientes. É preciso que um país assuma a liderança e mude rápida e radicalmente o seu estilo de vida. É preciso que um país ou um grupo de países mostre que uma reviravolta é possível.

Como organizar uma reviravolta?

O último livro de Lester Brown³ é muito interessante sob este ponto de vista. Cita um exemplo que não tem nada a ver com o meio ambiente, mas que mostra como é possível, se tivermos vontade política, provocar uma reviravolta: alguns dias após o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, o Presidente Roosevelt, num grande discurso à nação, anunciou que os Estados Unidos iriam entrar em guerra e impôs uma completa reorganização da indústria americana: o setor mais produtivo da economia (o setor automóvel) foi praticamente todo requisitado e colocado ao serviço de um único objetivo: construir aviões e tanques de guerra.

¹ Solo congelado na Sibéria que degela quando a temperatura sobe, libertando gás metano, que tem um efeito ainda mais importante que o CO₂ em termos de aquecimento global.

² Porquê "dividir por 4"? É o compromisso assumido pela França, em 2003, perante a Comunidade Internacional: dividir por 4 as emissões de gases com efeito de estufa até 2050. Os cientistas do clima acreditam que, se quisermos estabilizar a temperatura da atmosfera, é preciso, em termos globais da humanidade, dividir por 2 as emissões de gases com efeito de estufa. Mas, nos dias de hoje, as emissões dos países ricos são significativamente mais elevadas do que as dos países em desenvolvimento, sendo que estes vão necessariamente aumentar e convergir para o nível alcançado pelos países ricos. A longo prazo, é difícil ver efetivamente como é que se poderia dividir a humanidade em dois grupos: de um lado, aqueles que teriam direito ao desperdício de recursos naturais (porque o fazem desde há muito tempo) e, do outro, aqueles que teriam de apertar o cinto (porque têm sido sempre pobres e, por essa razão, estão habituados à frugalidade???)?. Se considerarmos que é necessário impor o princípio da igualdade em termos de pegada ecológica, como em muitas outras áreas, os países ocidentais devem, o mais rapidamente possível, dividir por quatro as emissões de gases com efeito de estufa.

³ Lester Brown, *Le Plan B*, Calmann-Lévy, Paris, 2007.



E quando os patrões da indústria automóvel vieram falar-lhe dizendo que seria difícil construir, em simultâneo, aviões e automóveis, Roosevelt explicou-lhes que eles não tinham entendido bem: era mesmo para parar completamente a produção de automóveis! Era para colocar 100% da capacidade disponível ao serviço do objetivo n.º 1: fabricar aviões para preparar a entrada na guerra. E resultou! Em poucos meses, a produção de automóveis foi reduzida em 20 vezes e o número de aviões saídos das fábricas ultrapassou as metas estabelecidas por Roosevelt.

Irá o nosso país declarar guerra às alterações climáticas e criar todos os postos de trabalho necessários para vencer esta guerra? Se formos capazes de fazer este esforço, será depois mais fácil convencer o resto do mundo a fazer o mesmo! Esta é uma questão crucial para o nosso futuro.

“Para combater as alterações climáticas, há três prioridades: 1. economizar energia; 2. economizar energia; 3. economizar energia”, diz um especialista. Se quisermos assegurar as melhores hipóteses de parar o aquecimento global antes que ele atinja um ponto de não retorno, devemos agir rapidamente, com a máxima força, para isolar todos os edifícios (públicos e privados), desenvolver as energias renováveis (a biomassa⁴ em particular) e acelerar a reflorestação para absorver o máximo de CO₂ (na Europa e em todo o mundo)...

Um esforço considerável para o isolamento dos edifícios

Na sequência dos encontros "Grenelle de l'Environnement" organizados em França, em 2007, o governo decidiu criar um empréstimo à taxa zero para ajudar aqueles que pretendem isolar os seus edifícios. É uma medida simpática, mas totalmente insuficiente. No seu mais recente livro⁵, Jean-Marc e Alain Grandjean Jancovici sugerem uma proposta muito mais ousada: tornar obrigatório um verdadeiro diagnóstico térmico e os necessários trabalhos de isolamento, sempre que um apartamento ou uma casa mudar de mãos.

Em França, hoje, a lei obriga a que qualquer pessoa que queira vender uma casa ou apartamento faça um diagnóstico sobre a existência de amianto e um outro sobre a existência de térmitas. Sem a realização destes dois diagnósticos, legalmente, a venda não pode ocorrer.

Da mesma forma, ninguém pode vender um carro se não tiver sido aprovado na inspeção periódica de veículos e, eventualmente, fazer as necessárias correções. **Porque não tornar obrigatória, antes da venda de um apartamento ou de uma casa, a realização de um verdadeiro diagnóstico e das necessárias obras de adaptação aos regulamentos térmicos?** É, na verdade, quando o local está vazio que é mais fácil efetuar o diagnóstico e fazer as obras. Ninguém se deveria opor a esta proposta se tiver bem entendido a gravidade da situação.

⁴ Todos os resíduos da floresta.

⁵ Jean-Marc e Alain Grandjean Jancovici, *C'est maintenant! 3 ans pour sauver le monde*, Points, 2010.



Concretamente, como é que se faz?

As empresas de construção vão ter de recrutar e treinar um grande número de operários e capatazes: “Temos os materiais necessários para isolar os edifícios”, considera um empresário de construção a quem se submeteu a ideia. “Porém, não é possível, apenas em 2 semanas, contratar e treinar os trabalhadores! Mas, num ano ou dois, pode-se facilmente atingir essa capacidade. Se tivermos de isolar todos os edifícios públicos e todos os edifícios privados transacionados, poderiam criar-se pelo menos 100.000 ou 150.000 empregos.”

Vai colocar-se uma outra questão, no caso de o isolamento de todas as habitações se tornar obrigatório: Vimos acima que em França já faltam habitações. Se 200.000 a 300.000 habitações estiverem permanentemente inabitáveis durante algumas semanas para obras, aumentará ainda mais a pressão sobre o mercado habitacional! É um verdadeiro problema... a menos que se levem a cabo, ao mesmo tempo, as propostas feitas acima: construção em larga escala de novas habitações e não permitir que seja o mercado a determinar as rendas. Na Holanda e na Alemanha é visto claramente que o investimento massivo na construção de habitações é uma responsabilidade coletiva (política e sindical) e também, ao mesmo tempo, um investimento rentável, uma excelente forma de criar empregos e uma boa maneira de distribuir poder de compra⁶... Porque não inspirarmo-nos rapidamente no que já resulta na Holanda e na Alemanha?

Passar à prática o relatório de Nicholas Stern

O relatório de Nicholas Stern, publicado em outubro de 2006, sobre a economia das alterações climáticas, enfatizava, simultaneamente, a gravidade das alterações climáticas e a gravidade da crise energética para a qual caminhamos, se não formos capazes de reduzir rapidamente o nosso consumo de energia. Mas também transmitia um pouco de esperança, mostrando que não era tarde demais para agir. Stern mostrou muito claramente que, em cada país, para lutar contra as alterações climáticas e para diminuir os consumos de petróleo ou de gás, se devia investir anualmente 1% do PIB em obras para economizar energia: isolando as casas e apartamentos, isolando as fábricas e escritórios... Na altura, todos aplaudiram Stern. Mas, cinco anos mais tarde, temos de concluir que ninguém o escutou. Investir, todos os anos, 1% do PIB para poupar energia? Para a França, isso significaria aplicar 20 mil milhões de euros neste objetivo. Hoje, o governo investe 100 vezes menos, enquanto Nicolas Stern afirmava, em abril de 2008, que tinha anteriormente “subestimado gravemente” a dimensão dos riscos climáticos!

Para evitar que as alterações climáticas cheguem a um ponto de não retorno, devíamos fazer mais do que o que propunha Stern em 2006, mas, infelizmente, fazemos 100 vezes menos. No entanto, repita-se, ninguém pode duvidar dos efeitos no emprego que uma tal política teria: seria necessário, em todas as regiões, contratar e formar pessoas para realizar estes trabalhos. É um estaleiro imenso que tem de ser programado, organizado e financiado, ao longo de um grande número de anos, mas quem pode negar a sua utilidade? Em fevereiro de 2011, um estudo alemão mostrou que tal política poderia criar 6 milhões de empregos na Europa.

⁶ Os únicos perdedores seriam aqueles que hoje lucram com os escandalosos aumentos das rendas.

Uma economia mais ecológica poderia criar 6 milhões de empregos

La Tribune, 23 de fevereiro de 2011

Um objetivo mais ambicioso de redução das emissões de gases com efeito de estufa, se definido pela União Europeia, poderia criar empregos e estimular o crescimento em vez de retardá-lo, de acordo com um estudo alemão, publicado na segunda-feira. Elevar a meta inicial de redução de emissões de 20% (em comparação com o nível de 1990) para 30% até 2020 poderia criar 6 milhões de empregos.

Uma poupança anual de 1.000 euros por família

“De acordo com a Comissão Europeia, uma tal política de poupança energética permitiria poupar anualmente 1.000 euros por família. ...Sabemos como o fazer. O que falta agora é vontade política”, escreveu Hervé Kempf num editorial do *Le Monde*, de 2 de março de 2011.

Como sublinha o “Réseau Action Climat” (Rede de Acção Climática), “para que esta medida não pese no orçamento das famílias, será necessário criar, em cada região, uma sociedade de investimento do tipo “société de tiers-investissement”, que inclua capital público das autarquias e de outras instituições, e que organizará e financiará uma parte ou a totalidade das operações de renovação. A economia de energia obtida com estes trabalhos de renovação constituirá a principal fonte da “renda” que remunerará aqueles investidores. Dada a dimensão das obras a realizar e a longa duração dos contratos (a amortizar em 20 ou 25 anos), estas estruturas irão necessitar de garantias públicas.”

Financiamento europeu

Nicholas Stern demonstra bem que, dada a trajetória esperada dos preços do petróleo e dado o custo associado aos danos provocados pelas alterações climáticas, não há dúvida nenhuma que é rentável para a comunidade o investimento em larga escala na poupança energética. Mas quem é que coloca em marcha este mecanismo? Quem avança com os primeiros financiamentos?

Se o Banco Central Europeu continuar fiel aos Tratados europeus deve “cuidar da estabilidade dos preços.” Deve fazer tudo o que for possível para diminuir o custo da dívida pública, tal como anteriormente referimos. Deve também agir contra a outra causa de inflação: o aumento dos preços da energia.

No contexto de desemprego em massa, não há, infelizmente, qualquer risco de inflação pelo aumento dos salários (80% dos alemães viram diminuir os seus salários reais, desde 2000!). A inflação vem essencialmente de um aumento dos preços do petróleo: em poucos anos, o preço do petróleo subiu de 25 para 100 dólares o barril.

Para lutar contra o aumento dos preços da energia (mas também para lutar contra as alterações climáticas e criar empregos em larga escala), o BCE deve disponibilizar ao Banco Europeu de Investimento, a taxas próximas de 0%, os meios para financiar um vasto Plano Europeu de Poupança Energética.



Se tal política permite, simultaneamente, reduzir os preços da energia, criar emprego em grande escala, reduzir a nossa dependência do petróleo e limitar a emissão de gases com efeito de estufa, é difícil de entender porque é que o BCE não fornece todos os meios necessários ao Banco Europeu de Investimento para financiar um dispositivo que poderia ser gerido, de forma descentralizada, em todas as regiões da Europa.

Desenvolver as energias renováveis

O desenvolvimento das energias renováveis representa, também por si próprio, uma importante fonte de criação de empregos. A França tem a maior massa florestal da Europa, mas é o país que mais utiliza a eletricidade para o aquecimento de edifícios: de toda a energia elétrica consumida na Europa em aquecimento, a França consome, só por si, 80%!

Este valor é tão escandaloso, que o repetimos: 80% da eletricidade usada na Europa para aquecimento de casas e escritórios é consumida em França! Para além disso, a utilização de eletricidade para aquecimento é um absurdo total: o rendimento energético é muito baixo e, no inverno, quando milhões de pessoas chegam a casa e ligam o aquecimento elétrico (ao mesmo tempo que ligam o fogão e a televisão) é preciso pôr em funcionamento todas as centrais a gás e a carvão para produzir a eletricidade necessária. O balanço de CO2 para aquecimento elétrico é catastrófico.

Como explicar que a França seja o único país da Europa em que mais se desenvolveu este tipo de aquecimento? Porque é que a França, que dispõe da maior massa florestal da Europa, não desenvolveu antes a produção de calor a partir da biomassa?

Há alguns anos, em Bruxelas, o Diretor-geral da Comissão Europeia responsável pelas questões da energia, que se divertia por ser considerado, por vezes, um incorrigível defensor da energia nuclear (um “*nuclearocrata*”) manifestava espanto pelos poucos recursos investidos no desenvolvimento de energias alternativas: “Investiram-se milhares de milhões no desenvolvimento da energia nuclear. Por que não dar os mesmos meios para as energias alternativas?”

A Dinamarca tornou-se no líder mundial na construção de turbinas eólicas porque levou a sério a questão das energias renováveis. Milhares de trabalhadores dinamarqueses estão a trabalhar no desenvolvimento e produção de turbinas eólicas, exportadas para todo o mundo.

Da mesma forma, o potencial dos painéis solares instalados desde há dez anos na Alemanha atinge 16.000 MW. Na França, instalaram-se apenas 925 MW. Dezassete vezes menos! E no início de 2011, o governo francês aprovou uma moratória para a energia solar, que vai custar dezenas de milhares de empregos.

350 mil empregos criados na Alemanha.

O desenvolvimento das energias renováveis já permitiu criar 350 mil postos de trabalho na Alemanha. Então porque é que a França não pode investir na energia solar e na biomassa tanto quanto fizeram os dinamarqueses ou os alemães?

www.Roosevelt2012.pt